



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38
GABINETE DO PREFEITO

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 106/2023
CRENCIAMENTO Nº 004/2023

Fundamentação Legal: caput do ART. 25, Lei Nº 8.666/93 justificada nos termos do art. 114 da Lei Nº 8.666/93
"Pré-qualificação do tipo Credenciamento"

Objeto: **CRENCIAMENTO DE PESSOA FISICA E JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – PROJETO BÁSICO – DESTE EDITAL, EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTE DA SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO DE LICÍNIO DE ALMEIDA.**

CRENCIAMENTO
SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Data início para entregados envelopes: Data: após a divulgação a partir das 08:00 horas

Data final para entrega dos envelopes: Dia: 31/12/2024 até as 16:00 horas.

Local: Prefeitura Municipal de Licínio de Almeida, Bahia.
Endereço: Praça Dois de Julho, nº 33, Centro, Licínio de Almeida, Bahia.
Telefone: (77) 3463-2196
E-mail: licitacoes@liciniodealmeida.ba.gov.br

“O credenciamento (...) é uma espécie de contratação direta, de criação doutrinária, baseada na inexigibilidade de licitação, em que a Administração Pública estabelece o preço do serviço e dispõe-se a contratar todos os interessados que atendam a determinada qualificação, a exemplo da pré-qualificação para a concorrência prevista no art. 114 da Lei de Licitações...”

Presidente da CPL: Éden Rodrigues Baleeiro



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 004/2023

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – PROJETO BÁSICO – DESTA EDITAL, EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTE DA SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO DE LICÍNIO DE ALMEIDA.

Período do credenciamento: até 31 de dezembro de 2024.

Análise da documentação: em até cinco dias úteis após o recebimento da documentação.

Divulgação dos Credenciados: até o quinto dia útil subsequente ao mês em que houve homologação de Credenciados.

SECRETARIA SOLICITANTE: Secretaria de Administração

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A Prefeitura Municipal de Licínio de Almeida doravante denominada apenas Prefeitura torna público para conhecimento de todos os interessados que, **até 31 de dezembro de 2024**, credenciará pessoas físicas e/ou jurídicas, em conformidade com o disposto neste credenciamento, para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, conforme especificações constantes no anexo I – Projeto Básico – deste edital, em atendimento ao Departamento Municipal de Obras e Transporte da Secretaria Geral do Município de LICÍNIO DE ALMEIDA.**

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pela Comissão Permanente de Licitações, designado pela Portaria 001/2022 e demais legislações pertinentes, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 1993 e pelas condições estabelecidas pelo presente edital.

2 - DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto deste Procedimento Administrativo o **CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas no Município de LICÍNIO DE ALMEIDA para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, conforme especificações constantes no anexo I – Termo de Referência – deste edital, em atendimento ao Departamento Municipal de Obras e Transporte da Secretaria Geral do Município de LICÍNIO DE ALMEIDA.**

3 - DAS CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão participar do presente credenciamento todos os profissionais que atendam a todas as exigências deste edital, inclusive quanto à documentação constante deste instrumento e seus Anexos, bem como as vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8666/93.

3.1.1. Não poderão participar do presente credenciamento os interessados que se encontrarem sob estado de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar, entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis e técnicos haja alguém que seja empregado ou dirigente da Prefeitura, empresas em sistema de consórcio e cooperativas ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.



3.2. A participação neste credenciamento implica em concordância e aceitação de todas as condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório.

3.3 – Os interessados poderão se credenciar apenas para os itens de seu interesse.

3.4 - Os profissionais que desejarem participar deste CREDENCIAMENTO deverão no dia, hora e local estabelecidos neste edital, proceder ao credenciamento, entregar ao Presidente da CPL o envelope lacrado, contendo a “DOCUMENTAÇÃO” contendo na parte externa o nome do Presidente da CPL, nome do Profissional, nome e número da modalidade, data e hora da realização do certame. Declarada a abertura da sessão pelo Presidente da CPL, não mais serão admitidos novos proponentes.

4 - DA DOCUMENTAÇÃO E OPÇÃO PELO ITEM DE CREDENCIAMENTO

4.1. Os documentos necessários ao credenciamento, abaixo listados, deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade. Poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Prefeitura, ou publicação em órgãos da imprensa oficial. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste aviso.

4.2 – Juntamente com os documentos, deverá ser entregue a proposta, conforme modelo ([ANEXO V](#)) em papel timbrado do licitante, devidamente assinada e carimbada. A "OPÇÃO PELO ITEM DE CREDENCIAMENTO" poderá ser formulada apenas para o item de interesse do Credenciado.

4.3 - DO LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

4.3.1 - Os documentos e proposta deverão ser entregues em um único envelope, lacrado e com a identificação do interessado, no horário de 08:00 às 16:00h, na sede da Prefeitura Municipal de LICÍNIO DE ALMEIDA, situada a Rua Feliciano Canuto, 73, centro de LICÍNIO DE ALMEIDA, CEP: 39.180-000, em sua parte externa, os seguintes dizeres:

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA, BAHIA

DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

Nº 003/2023 NOME DA LICITANTE/ENDEREÇO

ITEM A CREDENCIAR:

4.3.2 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA, por nenhum de seus Departamentos, se responsabilizará por envelopes que não sejam entregues a Comissão designada no preâmbulo, no local, data e horário definido neste Edital.

4.4. A simples apresentação do envelope com a documentação submete o interessado às condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

4.5. Serão inabilitados os interessados que apresentarem documentos incompletos, ilegíveis, com emendas, rasuras ou qualquer irregularidade, bem como aqueles que não atenderem às exigências deste Edital.

4.6. O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, administrativo e penalmente.



5 – DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

5.1. Os interessados deverão apresentar, nos horários estabelecidos no Capítulo IV, um envelope fechado, de forma a não permitir sua violação, em cuja parte externa deverá constar dizeres conforme subitem 4.3.1.

5.1.1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original¹, ou qualquer processo de cópia autenticada através de cartório competente, ou por servidor da administração pública, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou de cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Presidente da CPL (a) ou sua equipe de apoio.

5.2 – O licitante deverá apresentar os seguintes Documentos para habilitar-se no presente credenciamento:

5.2.1 - Proposta de Credenciamento devidamente preenchida, conforme modelo (ANEXO VIII) acompanhado de prova de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, qualificação econômica conforme indicado a seguir:

5.2.2. SE PESSOA JURÍDICA

5.2.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Certificado de Condição de Microempreendedor Individual, quando couber;
- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor², devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.2.2.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;**
- b) **Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. Lei 8666/93, art. 29, II;
- c) **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- d) **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante**, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- e) **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante**, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;



f) **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**, emitida pela Caixa Econômica Federal;

g) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.2.3. – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

a) – **Certidão Negativa de Falência ou Concordata** expedida pelo Distribuidor da Sede da Comarca da Licitante, com data de emissão anterior a data da entrega das propostas de no máximo 60 dias;

5.2.4 O julgamento da habilitação, o resultado do credenciamento e a ordem de classificação dos participantes será feita na medida em que os envelopes forem sendo recebidos.

5.2.5. Será desconsiderada a documentação que contrarie os requisitos expressos neste edital e em seus anexos ou em desacordo com as formalidades prescritas;

5.2.6. Será inabilitado o participante que não atender as exigências do Capítulo V deste edital;

5.3 – OUTRAS INFORMAÇÕES/COMPROVAÇÕES

a) A interessada deverá também, informar, número da conta corrente, de sua titularidade, bem como nome e número da respectiva agência (se possuir).

b) O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), art.3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não estiver sujeito a quaisquer impedimentos constantes do §4 deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da lei citada deverá comprovar sua condição, na habilitação por meio de uma declaração, conforme modelo constante no [Anexo IX – Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte](#).

c) Declaração da empresa/licitante de que está cumprindo o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da constituição Federal. ([Anexo II](#)).

d) Declaração de Aceitação das Condições deste Edital e de Submissão às Exigências Legais, bem como de responsabilidade pela autenticidade e veracidade dos documentos e informações apresentados (modelo Anexo IV PESSOA FÍSICA E JURÍDICA).

e) Declaração de inexistência de fatos impeditivos de participação em licitação (modelo [Anexo VII –Pessoa Física e Jurídica](#))

5.4. Os documentos constantes nos itens 5.2 a 5.3 poderão ser apresentados por original, por fotocópia autenticada por Tabelião de Notas, ou por cópia simples, para autenticação por funcionário do Município por meio da apresentação do documento original, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

5.6. O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, administrativo e penalmente.

5.7. Caso não utilizada a faculdade prevista no subitem 5.3 alínea “b”, será considerado que o licitante optou por renunciar aos benefícios previstos.

6 - CLASSIFICAÇÃO E FORMALIZAÇÃO

6.1. CLASSIFICAÇÃO



6.1.1 - Os credenciados serão convocados e assinarão o Contrato (Termo de CREDENCIAMENTO) ANEXO VI.

6.2 – FORMALIZAÇÃO

O credenciamento será formalizado mediante Termo Próprio, contendo as cláusulas e condições previstas neste Edital.

7 – ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES DO EDITAL

7.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Credenciamento mediante petição dirigida a Comissão Permanente de Licitações, no endereço físico ou eletrônico da Prefeitura Municipal mencionados na capa deste Edital.

7.2. A Autoridade competente decidirá sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias;

7.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas;

8 – DOS RECURSOS, DAS PENALIDADES E DAS SANÇÕES

8.1. Recursos:

8.1.1. A interessada tem o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para apresentar recurso, a partir da data da publicação do indeferimento ou deferimento ao credenciamento;

8.1.2. O recurso deverá ser interposto mediante petição dirigida ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

8.2. Penalidades:

8.2.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas como credenciamento sujeitará o Credenciado, no que couber, às sanções previstas na legislação aplicável, garantida a prévia e ampla defesa, ficando estabelecidas as seguintes penalidades:

a) Advertência por escrito.

b) Multa de até 5% (cinco por cento) do valor do serviço.

c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2.2 - Aquele que Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório ficará sujeito a uma pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, conforme determina o art. 93 da Lei 8.666/93;

8.2.3 - Aquele que fraudar licitação instaurada para aquisição ou venda de bens ou mercadorias, ou contrato dela decorrente:

I - Elevando arbitrariamente os preços;

II - Vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada; III - Entregando uma mercadoria por outra;

IV - Alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

V - Tornando, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa à proposta ou a execução do contrato; ficará sujeito a pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, conforme determina o art. 96 da Lei 8.666/93.

8.3. Descredenciamento:

Ocorrerá o descredenciamento quando:

8.3.1. Por algum motivo o profissional credenciado deixar de atender as condições



estabelecidas neste Edital e no contrato administrativo de prestação de serviços;

8.3.2. Na recusa injustificada do profissional credenciado em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido, implicando em seu imediato descredenciamento e na imediata suspensão do direito de licitar com a Prefeitura de acordo com os prazos previstos em lei;

8.3.3. A Administração fica assegurada o direito de no interesse da Administração Pública, revogar ou anular o presente processo de credenciamento, sem que caibam aos licitantes quaisquer direitos a reclamações ou indenizações;

8.3.4. Por qualquer motivo o contrato entre a credenciada e a Administração for rescindido.

9 – DAS FASES DO PROCEDIMENTO PARA O CREDENCIAMENTO

9.1- O procedimento seletivo para credenciamento será composto pelas seguintes fases:

- a) Divulgação do Chamamento;
- b) Análise da documentação e habilitação e proposta;
- c) Divulgação dos nomes dos profissionais habilitados;
- d) Adjudicação e Homologação.

9.2 – A divulgação dos profissionais credenciados poderá ser feita pelos seguintes meios:

- a) Publicação no Diário oficial do Estado de MG;
- b) Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de LICÍNIO DE ALMEIDA.

10 – JULGAMENTO

10.1. Os documentos relativos à habilitação serão analisados conforme solicitação de credenciamento pelos interessados, pela Comissão Permanente de Licitações.

10.2. Será desconsiderada a documentação que contrarie os requisitos expressos neste edital e em seus anexos ou em desacordo com as formalidades prescritas.

10.3. Será inabilitada o profissional participante que não atender as exigências deste edital.

10.4. Considerar-se-á habilitada a pessoa jurídica que apresentar corretamente e em tempo hábil, toda a documentação exigida.

10.5. A inabilitação importa em perda do direito de credenciamento.

10.6. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) que atenderem o previsto no item 5.3, alínea “b” e os MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS;

10.6.1. Nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06, as MEI, ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida no Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição com relação à regularidade fiscal;

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

10.7. As dúvidas por ventura surgidas no decorrer da abertura do envelope (documentação),



em sendo possível, serão dirimidas pela Comissão Permanente de Licitação na própria reunião, com a respectiva consignação em ata, ou darão ensejo à suspensão da reunião para análise pelos membros da Comissão, que fixarão nova data para prosseguimento dos trabalhos.

10.8. Quando todos os licitantes forem inabilitados, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou a desclassificação, nos termos do § 3º do artigo 48, Lei 8.666/93.

11. DO TERMO DE FORMALIZAÇÃO E DA VIGÊNCIA

11.1. A formalização do credenciamento se dará através de termo de credenciamento específico (ANEXO III);

11.2. A Prefeitura convocará os profissionais credenciados para assinatura do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, conforme Minuta de Contrato (Anexo VI).

11.3. Para assinatura do Contrato Administrativo de prestação de serviço, os profissionais credenciados terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis após a convocação, permitindo-se a prorrogação por igual período, na forma do § 1º, do art. 64, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

11.3.1. O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e mediante motivo justificado e aceito pela Administração.

11.3.1. Quando o fornecedor não retirar, não aceitar ou não devolver o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificar os motivos para a Administração ou apresentar justificativa não aceita pela mesma, serão aplicadas as penalidades cabíveis.

11.4. As situações não previstas neste Edital serão avaliadas e poderão ser objeto de alteração no instrumento contratual.

11.5. Os empregados do CREDENCIADO não terão nenhum vínculo empregatício com o Município/Secretaria Municipal de Licínio de Almeida/MG, sendo de exclusiva responsabilidade daquele as despesas com remuneração dos mesmos, seguros de natureza trabalhista vigente e quaisquer outros encargos que forem devidos, referentes aos serviços e empregados.

11.6. O eventual inadimplemento pelo CREDENCIADO quanto aos encargos previstos no item anterior não transfere ao Município de LICÍNIO DE ALMEIDA a responsabilidade pelo seu pagamento e nem poderá onerar o objeto do Instrumento Contratual.

11.7. Os contratos a serem firmados terão vigência até 31 de dezembro de 2024, a contar de sua assinatura, ou até que, justificadamente, venha a ser rescindido.

12. VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. O pagamento será efetuado mediante apresentação da nota fiscal/fatura de prestação de serviços, em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação, sem a incidência de juros ou correção monetária, através de depósito bancário, em conta corrente a ser informada pelo credenciado ou cheque nominal.

12.2. As despesas decorrentes do presente credenciamento correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento municipal e serão aferidas caso a caso na medida em que os serviços forem requisitados.

13. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em conta corrente a ser informada pelo Contratado, em até 30 dias após a prestação dos serviços, mediante atestado



da Secretaria Requisitante.

13.2. A nota fiscal/fatura deve referir-se unicamente ao objeto deste instrumento.

13.3. Caso haja irregularidade na emissão da nota fiscal/fatura, essa será devolvida à interessada para regularização, caso em que o prazo será recontado a partir da data da reapresentação.

13.4. A nota fiscal/fatura deverá obrigatoriamente identificar os serviços prestados, o valor unitário e o valor total do pagamento pretendido.

13.5. É de responsabilidade integral e exclusiva da credenciada a utilização de pessoal para a execução do objeto desta licitação, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes da prestação do serviço, os quais não poderão ser transferidos, a que título for, para a PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA.

14 – DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As atribuições e obrigações dos profissionais contratados estão descritas no Anexo I deste Edital.

14.2 - A divulgação, pela Prefeitura, deste aviso, do tipo de serviço e preço de remuneração não caracteriza expectativa de faturamento por parte dos credenciados, não cabendo à Prefeitura o ressarcimento de eventuais prejuízos pelo não credenciamento de interessadas que não atenderam as condições estabelecidas neste aviso.

14.3 - A Prefeitura poderá, a qualquer momento, reavaliar o credenciamento deferido, sendo-lhe facultado, suspendê-lo, sempre que ocorrer motivo que o justifique.

14.4 – A interessada é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste processo. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará no imediato descredenciamento, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

14.5 – É facultado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase do processo, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo e a aferição do serviço prestado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

14.6 – As interessadas intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Presidente da Comissão Licitatória sob pena de indeferimento/descredenciamento da interessada/credenciada.

14.7 – Os casos não previstos neste edital serão decididos pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação com fundamento na Lei 8.666/93.

14.8 – O(A) credenciado(a) fica obrigado(a) a manter as mesmas condições de cadastro quando da celebração do termo de credenciamento.

14.9 - Fica eleito o foro da Comarca de JACARACÍ/BA, renunciando-se, desde já, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para solucionar questões oriundas desta licitação.

14.10 – As eventuais dúvidas dos interessados poderão ser dirigidas ao Presidente da CPL através do fone n.º (77) 3463-2196.

Licínio de Almeida/BA, 11 de Dezembro de 2023.

Éden Rodrigues Baleeiro
Presidente da CPL



ANEXO I - PROJETO BÁSICO

1 - DO OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I – PROJETO BÁSICO – DESTE EDITAL, EM ATENDIMENTO AO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTE DA SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO DE LICÍNIO DE ALMEIDA.

1.1. O CONTRATADO deverá atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando-se principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII da Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

1.2. O prazo de atendimento de cada Requisição deverá ser IMEDIATO, ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas – este desde que previamente justificado pelo Contratado, após cada solicitação feita pela Prefeitura Municipal e começará a fluir no mesmo dia de seu recebimento.

1.3 - DA JUSTIFICATIVA

Os serviços solicitados se justificam mediante a necessidade e obrigação do Município em manter o patrimônio público em bom estado de conservação. Diante da realidade, com relação aos trabalhos administrativos entendemos que o número de demandas para tal prestação de

1.4 - TABELA DE PREÇOS

ITEM - I					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	V. TOTAL
1	SERVIÇO MECÂNICOS EM GERAL PARA AUTOMÓVEIS	HORAS	600	R\$ 100,00	R\$ 60.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE					
ITEM - II					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	V. TOTAL
1	SERVIÇOS MECÂNICOS EM GERAL PARA CAMINHÕES	HORAS	400	R\$ 130,00	R\$ 52.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE					
ITEM - III					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	V. TOTAL
1	SERVIÇO MECÂNICOS EM GERAL PARA MÁQUINAS PESADAS	HORAS	600	R\$ 160,00	R\$ 96.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE					
ITEM - IV					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	V. TOTAL
1	SERVIÇO DE FUNILARIA EM AUTOMÓVEIS, ÔNIBUS E CAMINHÕES.	HORAS	400	R\$ 120,00	R\$ 48.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE					



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38
GABINETE DO PREFEITO

ITEM - V					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	V. TOTAL
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REPARO EM FECHO DE MOLAS E ALIAMENTOS DE CHASSI	HORAS	600	R\$ 160,00	R\$ 96.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE					
ITEM - VI					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	V. TOTAL
1	SERVIÇO DE BORRACHARIA PARA CAMINHÃO	HORAS	300	R\$ 60,00	R\$ 18.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE					
ITEM - VII					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	V. TOTAL
1	SERVIÇO DE BORRACHARIA PARA E ÔNIBUS E MICROÔNIBUS	HORAS	300	R\$ 60,00	R\$ 18.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE					
ITEM - VIII					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	V. TOTAL
1	SERVIÇOS MECÂNICOS PARA ÔNIBUS	HORAS	300	R\$ 60,00	R\$ 18.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE					
ITEM - IX					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	V. TOTAL
1	SERVIÇO DE BORRACHARIA PARA MÁQUINAS PESADAS - PNEU TRASEIRO	HORAS	300	R\$ 90,00	R\$ 27.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE					
ITEM - X					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	V. TOTAL
1	SERVIÇO DE BORRACHARIA PARA MÁQUINAS PESADAS - PNEU DIANTEIRO	HORAS	300	R\$ 90,00	R\$ 27.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE					
ITEM - XI					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	V. TOTAL
1	SERVIÇO DE BORRACHARIA PARA MOTOCICLETA	HORAS	600	R\$ 20,00	R\$ 12.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE					
ITEM - XII					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	V. TOTAL
1	SERVIÇO DE BORRACHARIA PARA AUTOMOVÉIS	HORAS	600	R\$ 20,00	R\$ 12.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE					



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38
GABINETE DO PREFEITO

ITEM - XIII					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	V. TOTAL
1	SERVIÇO ELÉTRICO EM GERAL PARA AUTOMÓVEIS	HORAS	300	R\$ 100,00	R\$ 30.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE					
ITEM - XIV					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	V. TOTAL
1	SERVIÇO ELÉTRICO EM GERAL PARA CAMINHÕES.	HORAS	600	R\$ 150,00	R\$ 90.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE					
ITEM - XV					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	V. TOTAL
1	SERVIÇO ELÉTRICO EM GERAL PARA MAQUINAS.	HORAS	600	R\$ 150,00	R\$ 90.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE					
ITEM - XVI					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	V. TOTAL
1	SERVIÇO ELÉTRICO EM GERAL PARA ÔNIBUS	HORAS	600	R\$ 150,00	R\$ 90.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE					
ITEM - XVII					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	V. TOTAL
1	SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO EM GERAL PARA AUTOMÓVEIS, ÔNIBUS, CAMINHÕES E MÁQUINAS	HORAS	600	R\$ 130,00	R\$ 78.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE					
ITEM - XVIII					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	V. TOTAL
1	SERVIÇO DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE AUTOMÓVEIS	HORAS	300	R\$ 160,00	R\$ 48.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE					
ITEM - XIX					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	V.UNIT.	V. TOTAL
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REPARO EM ARCONDICIONADO DE VEICULOS, CAMINHOS E MAQUINAS	HORAS	600	R\$ 160,00	R\$ 96.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE					
ITEM - XX					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO	%	TOTAL COM APLICAÇÃO DE DESCONTO	



1	FORNECIMENTO DE PEÇAS MECÂNICAS, ELÉTRICAS, BATERIAS E FILTROS E ÓLEOS AUTOMOTIVAS PARA VEICULOS LEVES E PICKUPS.	R\$ 600.000,00	7,9	R\$ 552.600,00
VALOR TOTAL DO LOTE				
ITEM - XXI				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO	%	TOTAL COM APLICAÇÃO DE DESCONTO
1	FORNECIMENTO DE PEÇAS MECÂNICAS, ELÉTRICAS, BATERIAS E FILTROS E ÓLEOS PARA VEÍCULOS PESADOS. (VEÍCULOS PESADOS TIPO ÔNIBUS E MICRO ONIBUS).	R\$ 600.000,00	8,2	R\$ 552.600,00
VALOR TOTAL DO LOTE				
ITEM - XXII				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO	%	TOTAL COM APLICAÇÃO DE DESCONTO
1	FORNECIMENTO DE PEÇAS MECÂNICAS, ELÉTRICAS, BATERIAS E FILTROS E ÓLEOS PARA VEÍCULOS PESADOS. (VEÍCULOS PESADOS TIPO MAQUINAS E TRATORES).	R\$ 1200.000,00	7,2	R\$ 1.113.600,00
VALOR TOTAL DO LOTE				
ITEM - XXIII				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO	%	TOTAL COM APLICAÇÃO DE DESCONTO
1	FORNECIMENTO DE PEÇAS MECÂNICAS, ELÉTRICAS, BATERIAS E FILTROS E ÓLEOS PARA VEÍCULOS. (VEÍCULOS TIPO AMBULANCIAS).	R\$ 120.000,00	8,3	R\$ 110.040,00
VALOR TOTAL DO LOTE				

**Valor obtido através do menor valor oriundo das cotações realizadas pelo Setor Requisitante.*

2 – DA ORDEM DE SERVIÇO

2.1 - Ordem de serviço: A Ordem de Serviço será emitida com antecedência mínima de três dias corridos pelo setor requisitante.

2.2 - A(s) Ordem (ns) de Serviço expedida(s) após a assinatura do contrato e indicará(ão):

- O nome, sobrenome e cargo do responsável pela Ordem;
- O e-mail e telefone (fax) do setor solicitante, para confirmação do recebimento da Ordem pela Contratada;
- O item e a quantidade e horas solicitadas;



d) A data da expedição da Ordem de Serviço;

3 - VIGÊNCIA DO CONTRATO, PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1 A prestação de serviço terá duração até 31/12/2022, podendo ser prorrogado conforme preceitos da Lei Federal nº. 8.666/93, sempre por conveniência da Administração Pública.

3.2 Os serviços serão prestados, conforme necessidade da Secretaria requisitante mediante emissão de ordem de serviço.

3.3 Somente nas hipóteses previstas em lei o profissional poderá suspender a prestação de serviço.

4 - CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO E EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1 Na ocorrência de firmar-se contrato com mais de um prestador, a distribuição dos serviços entre os profissionais deverá ser efetuada de forma equânime entre os credenciados.

5 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 A Contratante obriga-se a:

5.1.1. Observar o critério de prévio empenho para efetuar os pagamentos mediante apresentação de faturas mensais e relatórios devidamente certificados nas condições estabelecidas neste Termo;

5.1.2. Designar servidor (es) responsável (is) pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços aqui ajustados;

5.1.3. Notificar à credenciada, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da execução dos serviços, fixando prazos para a correção das irregularidades ou defeitos encontrados;

5.1.4. Receber e conferir os produtos/serviços quando da entrega pela Contratada/Detentora;

5.1.5. Comunicar e exigir a correção imediata de qualquer anormalidade nos produtos/serviços prestados pelo profissional credenciado.

5.1.6. Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido neste instrumento.

5.1.7. Proceder, sempre que julgar necessário, a análise (teste de qualidade) do serviço prestado pelo profissional para fins de verificação de qualidade.

6 - CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO E EXECUÇÃO

6.1. A Contratada só poderá executar os procedimentos objeto deste termo mediante a apresentação da Autorização de Execução de Serviço, devidamente autorizada pelo setor competente.

7 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 A Contratada obriga-se a:

7.1.1. Designar preposto para atender ao Fiscal do Contrato;

7.1.2. Atender com presteza às necessidades do Município;

7.1.3. Executar os serviços conforme disposto neste Instrumento;

7.1.4. Arcar com as despesas referentes aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, quando for o caso;

7.1.5. Manter, durante a execução do contrato, com as condições de habilitação exigidas para participação no presente certame.

7.1.6. Apresentar relação dos serviços prestados juntamente com a Nota Fiscal, para recebimento dos valores devidos;



7.1.7. Na execução do objeto, o profissional obriga-se a empenhar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados;

7.1.8. Prestar os serviços nos termos determinados neste Projeto Básico;

7.1.9. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros em razão da ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais que estiver sujeita.

8 - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

8.1. O objeto do futuro contrato será executado de acordo com a programação da contratante e mediante a emissão da Autorização de serviço indicando o Local, o tipo dos serviços demandados e levantamento do tempo necessário à execução dos serviços.

8.2. O contrato a ser firmado entre Contratante e Contratada incluirá as condições estabelecidas, necessárias à fiel execução do objeto contratado.

8.3. O contrato firmado com a Contratante não poderá ser objeto de cessão ou transferência, sem autorização por escrito, ficando o mesmo passível de penalidade e sanção, inclusive rescisão.

9 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. A Administração pública não aceitará que os serviços prestados apresentem defeitos ou imperfeições, que estejam em desacordo com as especificações e condições constantes deste Projeto Básico ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo à Contratada efetuar as reparações necessárias em prazo a ser determinado, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual.

9.2. A Diretoria de Departamento de Cultura recusará os serviços que forem prestados em desconformidade com o previsto neste Termo.

10 - REQUISITOS NECESSÁRIOS

10.1. Os serviços poderão ser executados tanto no local indicado na autorização de serviços ou nas instalações do contratado, quando possível.

10.2. O contratado deverá dispor de todas as ferramentas necessárias para execução dos serviços.

10.3. O material necessário será fornecido pelo Contratante.

10.4. **DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E DAS PEÇAS:**

Para os serviços de manutenção preventiva e corretiva, contados da efetiva prestação dos serviços, que não poderá ser inferior a 06 (seis) meses. Para os serviços de alinhamento de direção e balanceamento, contados da efetiva prestação dos serviços, que não poderá ser inferior a 03 (três) meses. Para os serviços de lanternagem e pintura, contado da efetiva prestação dos serviços, que não poderá ser inferior a 12 (doze) meses. Para as peças, componentes e acessórios, contados a partir da data da efetiva instalação no veículo, que não poderá ser inferior a 03 (três) meses. Para os serviços em motor, câmbio e suspensão, contados a partir da data da efetiva prestação dos serviços, que não poderá ser inferior a 08 (oito) meses ou 15.000 km, o que ocorrer primeiro.

10.5. **VALOR DAS PEÇAS** Os valores a serem pagos pelas peças serão estabelecidos em função do preço levantado pela CONTRATANTE, sobre o qual será aplicado o desconto ofertado e contratado. A licitante vencedora será aquela que ofertar menor valor para o lote.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38
GABINETE DO PREFEITO

Deusdedit Carvalho Rocha
Secretário de Administração



ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR

Ref.: (identificação da licitação)

A empresa/licitante, inscrito no
CNPJ/CPF nº
....., por intermédio de seu representante legal
o(a) Sr(a)
....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e
do CPF nº..... DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27
da Lei 8.666,
de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega
menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (.).

.....
(data)

.....
(representante legal)



ANEXO III - REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

(OBSERVAÇÃO: PREENCHER EM DUAS VIAS SENDO UMA PARA PROTOCOLO)

Ref.: (identificação da licitação)

A empresa/licitante, inscrito no
CNPJ/CPF n°
....., por intermédio de seu representante legal
o(a) Sr(a)
....., portador(a) da Carteira de Identidade n°..... e do
CPF n°-..... requer seu credenciamento à licitação para serviços de
alimentação,
na cidade de LICÍNIO DE ALMEIDA, informando, desde já ser titular da conta
corrente/poupança n°....., agência n°(nome da agência), Banco n°
(nome do Banco), declarando inteiro conhecimento do ato convocatório e apresentação
de toda a documentação solicitada.
.....

(data)

.....
(representante legal)



ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO CREDENCIAMENTO E SUBMISSÃO ÀS DISPOSIÇÕES LEGAIS

Processo n.º. ____/2022
Credenciamento n.º. ____ /2022

Empresa/Pessoa Física _____

Endereço: _____

_____ CNPJ/CPF: _____,

Inscrição Estadual: _____

DECLARO, que estou ciente e aceito todas as condições do Processo n.º ____/2022 – Credenciamento n.º ____/2022, para prestação de serviços de ____, e que me submeto às disposições regulamentares e legais sobre a licitação, especialmente à Lei Federal n.º 8.666/93 e legislações aplicáveis.

Declaro, ainda que me responsabilizo pela autenticidade e veracidade dos documentos e informações apresentados para o presente credenciamento.

Local e data

Assinatura do Licitante

Nome: _____ N.º Cédula de Identidade: _____



**ANEXO V- MODELO DE
PROPOSTA**

EMPRESA/PROFISSIONAL:

CNPJ/CPF:

ENDEREÇO:

REPRESENTANTE LEGAL:

DADOS BANCÁRIOS:

À Comissão Permanente de Licitação

Referente ao Edital de Credenciamento nº _____/2023

Vimos por meio desta, apresentar a esta comissão nossa proposta de prestação de serviços, acompanhada da documentação, solicitando nosso credenciamento, visando a prestação de serviços para o seguinte item:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR
01		Hora		

Declaramos estar cientes de todas as cláusulas do Edital, inclusive quanto aos preços praticados pela Prefeitura Municipal de____- MG e aguardamos a nossa aceitação como credenciada.

Local e data

Assinatura do responsável pela EmpresaAssinatura do licitante

Carimbo da empresa



ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA, com sede na Rua Feliciano Canuto, 73, - Centro – CEP 39.180-000 – LICÍNIO DE ALMEIDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.754.201/0001-87, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Sr.

_____, identidade nº _____ SSP/MG, CPF nº _____
, _____ e a

empresa/licitante credenciado (a) inscrito (a) no CNPJ/CPF sob o nº, situado (a) na _____, nº _____, Bairro / Cidade /Estado, neste ato representada pelo seu _____,

_____, portador da carteira de identidade n.º _____, inscrito no CPF nº _____, residente edomiciliado na _____ doravante denominada simplesmente **credenciada**, acordam em celebrar o presente contrato, que se regerá pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e na legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - É objeto deste a prestação de serviços _____

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR
01				

CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

2.1- Deram origem a este contrato e a ele se integram, sem necessidade de transcrição, os seguintes documentos, do inteiro conhecimento das partes:

- Edital de credenciamento nº ___/2022
- Formulários/documentação de credenciamento/contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LICITAÇÃO

3.1 - A contratação dar-se-á por inexigibilidade de licitação, valendo-se da figura do credenciamento.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - Os pagamentos relativos aos serviços efetivamente prestados serão feitos pela Prefeitura, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a apresentação das notas fiscal/faturas correspondentes, se nenhuma irregularidade for constatada.

4.1.1 - Caso haja irregularidade na emissão da nota fiscal/fatura, o prazo para pagamento será contado a partir da sua representação sem erros.

4.1.2 - O CNPJ constante da nota fiscal e/ou fatura deverá ser o mesmo indicado no formulário de credenciamento, sob pena de não ser efetuado o pagamento.



CLÁUSULA QUINTA - DOS REAJUSTES

5.1 - Em nenhuma hipótese serão admitidos reajustes de preços, sendo admitido apenas, se este vier a se justificar, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DA ENTREGA

6.1 - A execução do objeto ora credenciado será feita de forma parcelada de acordo com a necessidade da Prefeitura, sendo que a Prefeitura expedirá Ordem de serviço, devidamente assinada por funcionário responsável.

CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA

7.1 - O prazo de duração deste contrato vigorará da data de sua assinatura até 31/12/2024, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Nº 8.666/93, ou até que, justificadamente, venha a ser rescindido.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA.

São obrigações da credenciada:

8.1- Prestar os serviços de acordo com o estipulado no edital.

8.2- Fornecer nota fiscal, já incluindo todos os impostos e encargos no preço unitário e no preço total. 8.3- Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.4- A entrega de serviços de baixa qualidade, de procedências duvidosas, ou divergentes do apresentado na proposta, enseja rescisão contratual e aplicação das respectivas sanções legais, editalícias e contratuais, reservado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Observar o critério de prévio empenho para efetuar os pagamentos mediante apresentação de faturas mensais e relatórios devidamente certificados nas condições estabelecidas neste Termo;

9.2. Designar servidor (es) responsável (is) pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços aqui ajustados;

9.3. Notificar à credenciada, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da execução dos serviços;

9.2 – Garantir a efetivação do pagamento à credenciada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

9.3 – Cumprir o disposto no Projeto Básico, anexo I do Edital de Credenciamento nº ___/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA – VALOR

10.1- O presente contrato terá o Valor Global estimado em R\$ () correspondente ao total dos serviços estimados, no período de vigência, consolidado nos valores unitários relacionados na CLÁUSULA PRIMEIRA.

10.2 – Não constitui esse valor, sob nenhuma hipótese, garantia para faturamento. O valor a ser pago pela administração será o relativo aos serviços efetivamente prestados;

10.3- As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE



11.1- Ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou de força maior, mencionadas no art. 393 do Código Civil brasileiro, a **CRENCIADA** responderá pela cobertura integral de quaisquer prejuízos sofridos diretamente pela **CONTRATANTE** ou causados a terceiros, por ato ou fato comissivo ou omissivo da credenciada ou de seus prepostos.

11.2- Em caso de ocorrências de prejuízos e danos previstos no item anterior, a **CONTRATANTE** poderá abatê-lo das faturas relativas à prestação dos serviços, ou se inviável a compensação, promover a cobrança judicial, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

11.3- A **CRENCIADA** se responsabilizará por todos e quaisquer ônus decorrentes do cumprimento do objeto, inclusive, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

11.4 - Fica expressamente estipulado que não se estabelece, para nenhuma das partes, por força deste instrumento, direitos e obrigações além daqueles expressamente aqui estabelecidos e nem se configura qualquer tipo de responsabilidade solidária ou subsidiária, entre estas, com relação ao pessoal que qualquer delas venha a empregar ou utilizar para a execução do objeto do presente contrato, correndo por conta exclusiva da **CRENCIADA** todas as despesas com salários, honorários, recolhimento de encargos sociais, securitários ou tributários ou qualquer outro decorrente da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PENALIDADES

12.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas como credenciamento sujeitará o Credenciado, no que couber, às sanções previstas na legislação aplicável, garantida a prévia e ampla defesa, ficando estabelecidas as seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito.
- b) Multa de até 5% (cinco por cento) do valor do serviço.
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS DE RESCISÃO

13.1 - Este Contrato poderá ser rescindido nos casos previstos no edital e no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2 - Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da **CRENCIADA**, fica a **CONTRATANTE** autorizada a reter os créditos a que tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1- Este contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

14.2 – Toda e qualquer alteração, ressalvados os casos de apostilamento, serão celebradas mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

15.1- Os casos omissos serão resolvidos pela **CONTRATANTE**, à luz da Lei 8.666/93 e posteriores alterações, da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO E LICITAÇÃO

16.1 - Vincula-se este contrato, nos termos da Lei 8.666/93 e suas modificações, Processo Licitatório nº_/2022, na Modalidade inexigibilidade nº_/2023, aplicando ao mesmo todas as disposições contidas no Edital e anexos do citado certame.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 - A Contratante encaminhará o extrato deste contrato para publicação na imprensa oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1- Fica eleito o foro da Comarca de Diamantina, para dirimir quaisquer questões relativas a este contrato, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com o ajustado e contratado, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, conjuntamente com duas testemunhas.

LICÍNIO DE ALMEIDA, _____ de
_____ de 2023.

Frederico Vasconcellos Ferreira
Prefeito Municipal

Contratado (a)

Testemunhas:

Testemunha 1
CPF:

Testemunha 2
CPF:



ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS.

Processo n.º __/2023 Credenciamento n.º __/2023

....., inscrita no CNPJ/CPF sob o n.º,
sediada à
....., por intermédio de seu representante legal,
Senhor (a)
....., portador (a) da Carteira de Identidade de n.º e
do CPF n.º, declara, sob as penas da Lei que até a presente data
inexistem fatos impeditivos para sua participação no presente certame e que está ciente da
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

....., de.....de 2023.

.....
Nome, assinatura do representante legal



ANEXO VIII - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCURAÇÃO

O profissional, inscrita no CPF sob o nº _____, residente no endereço, pelo presente instrumento, credencia procurador (es) o(a) Senhor(a) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil), (Profissão e endereço)____, para participar das reuniões relativas ao processo licitatório acima referenciado (ou de forma genérica para licitações em geral), o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome do PROFISSIONAL, desistir e interpor recursos, assinar propostas comerciais, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, rubricar documentos, assinar atas, contratos e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, a que tudo dará por firme e valioso.

Local e data.

Assinatura do PROFISSIONAL

Observações:

- Utilizar papel timbrado da licitante;
- Identificar o signatário e utilizar carimbo padronizado da empresa.



ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

INEXIGIBILIDADE PARA CREDENCIAMENTO Nº _____/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº _____/2023

A (NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____ e CPF sob o nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir uma das condições da empresa, se é Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)), nos termos da legislação vigente, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do §4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42º a 49º da referida Lei.

Local e data.

(Assinatura do Representante da Empresa)

- **Declaração a ser emitida em papel timbrado de forma que identifique a proponente.**
- **Apresentar junto com a documentação para inscrição no processo de credenciamento.**
-